



Registrar oralidades, analisar narrativas: sobre pressupostos da História Oral em Educação Matemática

Antonio Vicente Marafioti Garnica^a

RESUMO

O artigo apresenta alguns princípios que têm regido as investigações do Grupo de Pesquisa *História Oral e Educação Matemática*. As concepções sobre História Oral, seus pressupostos, propostas e alcance são tematizados, bem como são considerados, dada a aproximação visceral entre esse método e as narrativas, aspectos sobre como têm sido concebidas as elaborações textuais escritas através de fontes orais e sobre como tem sido exercitada a análise das narrativas. Um panorama geral dos temas de pesquisa desenvolvidos neste cenário encerra o texto.

Palavras-chave: História Oral, Narrativas, Educação Matemática

Transcribing oral depositions, analysing narratives: some remarks on oral history in mathematics education

ABSTRACT

The discussion about some features of the general framework which allows the use of Oral History in Mathematics Education is the main theme of this paper. Also the conception about what Oral History is, its theoretical backgrounds, some of its purposes and the range of its results to Math Education research community are considered, as well the link between such method and the narratives, focusing what narratives are and how narratives can be analysed. A brief description of specific themes and researches developed in such approach, in Brazil, ends this article.

Keywords: Oral History, Narratives, Mathematics Education

^aProfessor Livre-docente (Adjunto) do Departamento de Matemática da Faculdade de Ciências – FC – UNESP Bauru e dos Programas de Pós-graduação em Educação Matemática (IGCE-UNESP-Rio Claro) e em Educação para a Ciência (FC-UNESP-Bauru).



Registrar oralidades, analisar...

Sempre que falamos em História Oral o nome de Allan Nevins vem à cena. Não que antes de Nevins não tenha havido nenhum germe que serviria para fazer despontar, alguns anos mais tarde, o que se tem chamado de História Oral. Houve a escola de Chicago, nos anos de 1920 e 1930, com seus estudos etnográficos em grandes centros e as pesquisas sobre planejamento urbano, certamente, é um desses polos iniciais. Nevins, aparentemente foi o homem certo, na época certa, no lugar certo; e, a partir de então, tem sido Nevins o “fundador da História Oral americana” e, por decorrência – já que a História Oral parece ter encontrado certas resistências na Europa, notadamente na França, um dos berços da historiografia contemporânea – da História Oral que se espalha pelo mundo por meio dessa matriz. Já no final da década de 1930, Nevins defendia duas inovações significativas: a popularização da Historiografia e aquilo que viria a ser chamado de História Oral. Em um texto de 1966, entretanto, Nevins parece rebelar-se em relação à paternidade que lhe era atribuída e, em termos muito objetivos, afirmou:

Temos que nos afastar desse mito de que fui eu o fundador da História Oral. A História Oral fundou-se. Ela tornou-se uma necessidade patente, e teria vindo ao mundo em uma penca de lugares, em circunstâncias distintas, quiséssemos ou não. [...] A História Oral nasce da invenção e da tecnologia modernas. (Nevins in Dunaway & Baum, 1996)

Do mesmo modo como Nevins refuta uma afirmação usualmente feita, sentimos a necessidade de readequar alguns pressupostos tomados como “usuais” quando se fala em História Oral. Dentre essas afirmações, está a que supõe esse método como “naturalmente” vinculado aos estudos historiográficos. Certamente, a História Oral pode ser vista como um método extremamente produtivo para levantar perspectivas que nos ajudem a escrever a História – e esse é, na verdade, o viés mais explorado nos trabalhos do Grupo de Pesquisa *História Oral e Educação Matemática* (GHOEM) –, mas não é verdade que a História Oral sirva apenas aos estudos historiográficos. Não se pode falar, inclusive, de modo absoluto, que a História Oral surge nos domínios da Historiografia, pois no Brasil, por exemplo, ela é, inicialmente, – em uma perspectiva mais próxima da que a conhecemos hoje – um recurso utilizado pela Psicologia Social, em um momento em que, em uma forma, digamos, menos sistematizada, já era familiar à Sociologia. Do mesmo modo, não se pode falar que as pesquisas que se valem da História Oral centram-se em minorias, em blocos caracterizados pela exclusão, alavancando uma narrativa de vencidos e de suas derrotas, embora o foco na marginalização tenha sido, sim, uma ênfase nos estudos memorialistas.

Na Educação Matemática, a oralidade sempre foi um instrumento – um suporte reconhecidamente profícuo – para compreender os objetos que nós dispomos para nossas pesquisas. As modalidades qualitativas de investigação, via de regra, são disparadas por depoimentos, ou seja, são narrativas que, perpassadas por uma hermenêutica, apoiam compreensões, as quais, por sua vez, mostram ou nos permitem atribuir significados aos aspectos do objeto analisado. Também isso ocorre com a Historiografia. Não causa espanto a ninguém que historiadores, desde os antigos, como, por exemplo, Tucídides e Heródoto, a Michelet, obtiveram, através do contato com o povo, uma fonte inesgotável para suas narrativas históricas. Entretanto, seria uma insensatez afirmar que Tucídides, Heródoto ou Michelet faziam História Oral do mesmo modo que seria equivocado classificar como História Oral todas as investigações de vertente qualitativa pautada em depoimentos orais. Ter a História Oral como método de pesquisa é, sim, valer-se da oralidade para o resgate – ou o levantamento, a escritura, a



GARNICA, A. V. M.

compreensão, a elaboração, como queiram os que se impacientam com o uso do termo “resgate” histórico –, mas é, sobretudo, utilizar a oralidade segundo alguns procedimentos e princípios muito específicos.

E mesmo que a História Oral não esteja necessariamente vinculada – ou apenas ligada – a estudos e a questões historiográficas, não é possível afastá-la desses pontos e, portanto, não é adequado servir-se da História Oral se estivermos desconectados de uma concepção de História que sustente nossas ações. A justificativa para isso é simples: quem usa a História Oral visando a compreender o que quer que seja, estará, intencionalmente, produzindo fontes que podem – ou não – servir para expor perspectivas biográficas e contextuais não só sobre aquilo que se estuda, mas sobre aqueles que, com seus depoimentos, permitem-nos uma aproximação ao objeto analisado. Um trabalho em História Oral é, pois, sempre, um inventário de perspectivas irremediavelmente perpassado pela subjetividade, um desfile de memórias narradas, um bloco multifacetado de verdades enunciadas.

Um trabalho – em Educação Matemática ou em qualquer área que seja – produz irremediavelmente uma fonte histórica. A diferença é que os que usam a História Oral intencionalmente as produzem. Sendo, portanto, fazedores de fontes, os pesquisadores que trabalham com História Oral não podem furtar-se de uma concepção sobre História. E há muitas formas de compreendê-la, mas certamente as de configuração positivista não se coadunam com a experiência proposta pela História Oral. Pode-se, entretanto, defender posições já sustentadas por Borges (quando este afirma que a História é a repetição de algumas histórias essenciais e que talvez a História Universal seja a história das diversas entonações de algumas poucas metáforas), por Cohen (sobre ser a História apenas um outro texto numa procissão de textos possíveis, sem qualquer garantia de significação singular), ou mesmo por Bloch (seja em sua clássica afirmação de que a História é o estudo dos homens, vivendo a temporalidade comunitariamente, seja abraçando a noção de História-problema, tão clara em Bloch e Febvre para os quais a História é uma prática social interpretativa e problematizadora, e não deveria ser propriamente vista como uma ciência do passado, mas como aquela que procuraria estabelecer um diálogo do presente com o passado, no qual o presente tomaria e conservaria a iniciativa). Podemos ainda compreender a historiografia amparando-se no conselho de Herman Hesse, o qual sustenta que estudar história requer o conhecimento prévio de que com esse estudo se almeja algo impossível e importantíssimo. Estudar história significa entregar-se ao caos, conservando a crença na ordem e no sentido. É uma tarefa muito séria. Talvez seja até uma tarefa trágica.

Tentar transcender as prerrogativas positivistas de abordagem histórica, porém, não implica construir discursos contra Ranke ou Langlois e Seignobos. O século XIX (que marca o início da busca de uma identidade para o historiador como um profissional) e as teorias, então esboçadas, permitiram que um arsenal de compreensões fosse constituído. Dentre as revoluções conceituais, a promovida pela Escola dos *Annales*, por ser inaugural e profunda, é sempre lembrada. Destacamos ainda posicionamentos posteriores que ampliaram o horizonte do historiador e permitiram o traçado de novas perspectivas através do foco em novos objetos, a utilização de fontes diferenciadas e, por fim, a legitimação das posturas alternativas às determinações rankeanas.





Registrar oralidades, analisar...

Agora, porém, não há mais a preocupação visceral com as origens, esses pontos através dos quais uma ideia desenrolar-se-ia em melhorias progressivas¹. Como afirma Souza (2006), vivemos em uma sociedade que inventou “origens” para tudo, obrigando a história dos homens a um longo exercício metafísico de negar sempre as evidências humanas, emotivas e sensuais das narrativas históricas. Ranke foi contemporâneo de Michelet; Dewey foi contemporâneo de Thorndike. Os estudos hermenêuticos, por exemplo, desenvolvidos desde a idade média, têm sua dimensão filosófica destacada em Ast, em Schleiermacher, em Dilthey, chegando a Ricoeur (Cf. Palmer, 1969). Há também a conhecida virada hermenêutica das ciências sociais dos anos 70, proficuamente aproveitada pela Historiografia. Ideias ocorrem em um fluxo temporal e disparam certas percepções, que não têm dono: possuem sistematizadores e, às vezes mais, e, às vezes, menos “eficientes”. Sistematizadores cujos textos e influências são, ideologicamente, menos ou mais motivadores, causam menores ou maiores impactos, impõem matizes menos ou mais duradouras. Em síntese, acompanhamos Jenkins:

O fato de que a história propriamente dita seja um constructo ideológico significa que ela está sendo constantemente retrabalhada e reordenada por todos aqueles que, em diferentes graus, são afetados pelas relações de poder – pois os dominados, tanto quanto os dominantes, têm suas próprias versões do passado para legitimar suas respectivas práticas, versões que precisam ser tachadas de impróprias e assim excluídas de qualquer posição no projeto do discurso dominante. Nesse sentido, reordenar as mensagens a serem transmitidas (com freqüência o mundo acadêmico chama de ‘controvérsias’ muitas dessas reordenações) é algo que precisa ser continuamente elaborado, pois as necessidades dos dominantes e/ou subordinados estão sempre sendo retrabalhadas no mundo real à medida que eles procuram mobilizar pessoas para apoiarem seus interesses. A história se forja em tal conflito, e está claro que essas necessidades conflitantes incidem sobre os detalhes (ou seja, a luta pela posse) do que é a história. (JENKINS, 2005: 40-41)

No que diz respeito especificamente à Educação Matemática, sabemos que a História Oral como método qualitativo de pesquisa ocorre apenas muito recentemente nas investigações dessa área. Um “estado-da-arte”, publicado em 2006, apresenta um trabalho em Educação Matemática, de 1997, que assume a História Oral como método. Trata-se da dissertação de Oliveira (1997), defendida na UNICAMP. Uma leitura atenta dessa produção, porém, mostra que o trabalho exercita, efetivamente, uma postura qualitativa de análise, tendo depoimentos como referências, uma opção que consideramos insuficiente para ser definida como História Oral, embora a anuncie. Uma imersão mais plena nos trâmites da História Oral, através de um pensamento metodológico específico, que foi continuado por outros investigadores, foi realizada no trabalho de mestrado de Souza (1998), defendido na UNESP em 1998. Essa autora dialoga com sociólogos e historiadores e promove um deslocamento inicial dessas concepções e procedimentos para a Educação Matemática de modo a permitir reconfigurações que são apropriações criativas. O primeiro grupo de pesquisa em Educação Matemática, especificamente voltado para o estudo e para a aplicação da História Oral, foi criado em 2002. Trata-se do resultado de uma série de circunstâncias, algumas inusitadas, outras impostas pelo interesse comum de um conjunto de pessoas, e outras, ainda, ditadas pelas obrigatoriedades da vida acadêmica.

A História Oral que se estabelece na Educação Matemática está plasmada em outras Histórias Oraís, que migram da Psicologia Social, da Antropologia, da Sociologia, da História, da Educação e das interconexões entre essas e outras áreas de abordagens. Os princípios e procedimentos





GARNICA, A. V. M.

iniciais mostram essa migração com mais clareza e, hoje, após muitas idas e vindas, temos uma configuração mais estável, embora não definitiva e, obviamente, não única da utilização da História Oral em Educação Matemática. Defendemos que a História Oral em Educação Matemática é um “método-em-trajetória” de natureza qualitativa, o qual pressupõe que um método configura-se dinamicamente, de forma processual, e não pode ser estabelecido *aprioristicamente*, sem que haja um objeto específico para ser investigado, uma vez que nas pesquisas de natureza qualitativa são os objetos que exigem procedimentos específicos para compreendê-los. Cada pesquisa realizada no GHOEM serve – serviu e continua servindo – para uma análise metodológica que dá parâmetros para avaliar os sucessos e as limitações do método.

Defendemos que ter a História Oral como metodologia implica

- (a) dialogar com fontes de várias naturezas (escritas, pictóricas, fílmicas etc), ressaltadas as fontes orais; negando que a verdade – essa onírica, imaculada e sempre ausente presença que nos assombra – jaz dormente em registros escritos, implicando, com isso, a a-historicidade da fantasia, dos sonhos humanos, da memória (sempre enganadora) que se deixa captar oralmente;
- (b) exercitar a pluralidade de perspectivas (interpretações) através das quais cada tema ou objeto pode ser realçado;
- (c) abraçar uma proposta de configuração coletiva no que diz respeito aos atores sociais envolvidos na pesquisa, na condição de pesquisadores ou na de depoentes. Dessa forma, há um cenário amplo, descentralizado e dinâmico (intencionalmente caótico), porém capaz de oferecer estabilidades possíveis;
- (d) engendrar um registro cuidadoso e eticamente comprometido;
- (e) dominar a elaboração de narrativas e adotar o posicionamento/compromisso de que tais narrativas têm a função de reconduzir o sujeito “para dentro” das investigações, negando a afirmação de que a objetividade científica está radicada na neutralidade do pesquisador em relação ao pesquisado;
- (f) defender o afastamento da perspectiva historiográfica positivista, o que implica fundamentalmente neutralizar concepções absolutistas que defendem a existência de uma “história verdadeira” e a possibilidade de aproximação congenial com os autores de textos (qualquer que seja a sua natureza).

Nesses princípios estão implícitos certos pressupostos: as fontes escritas não são desprezadas, mas se sustenta que as fontes orais, além de terem a mesma legitimidade que qualquer outra fonte, disparam o processo investigativo e servem, com maestria, ao propósito de realçar singularidades e subjetividades que frequentemente as fontes escritas secundarizam ou escondem. Como diria Paul Thompson (1992), a realidade é complexa e multifacetada; e um mérito principal da história oral é que, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes, permite que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista.





Registrar oralidades, analisar...

Alessandro Portelli, citado por Alves e Oliveira (2004), por sua vez, completa afirmando que o único e precioso elemento que as fontes orais têm sobre o historiador, e que nenhuma outra fonte possui em medida igual, é a subjetividade do expositor. Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez. Interessa, assim, o caminho no qual os materiais da história são organizados pelos narradores de forma a contá-la. A construção da narrativa revela um grande empenho na relação do relator com sua história.

Essa singularidade, própria das fontes orais, permite trazer à cena, nos trabalhos acadêmicos, (tenham ou não tema especificamente “históricos”, a perspectiva – essencialmente híbrida e multifacetada – de, frente à impossibilidade de constituir documentos que recriem “a” história, registrar algumas de suas várias versões, aos olhos de atores sociais que vivenciaram certos contextos e situações. Assim, eles são considerados como elementos fundamentais nesse processo. Temos a consciência de que as memórias desses atores são, geralmente, negligenciadas pelas abordagens “oficiais” e/ou tradicionais. No entanto, não desprestigiamos os dados “oficiais”, ou mesmo a importância das fontes primárias, provenientes dos arquivos, dos monumentos, dos tantos registros possíveis, que consideram uma ou outra versão. Não sustentamos que as fontes orais são suficientes para compreender todo e qualquer objeto em suas diversas dimensões. Na realidade, negamos a crença de alguns historiadores que acreditavam na possibilidade segundo a qual, com a formação de um acervo completo de referências documentais, chegar-se-ia à “verdade”. Portanto, todos os resíduos de informações devem ser apreciados com a mesma cautela, tendo seus limites continuamente testados. Assim, pensamos a História Oral como uma possibilidade de investigar o dito, o não dito e, muitas vezes, de tangenciar o indizível e seus motivos; e, por conseguinte, de pesquisar os regimes de verdade que cada uma das versões registradas cria e dá validade. Sendo assim, a História Oral viabiliza transcodificar e, portanto, redimensionar os registros e as práticas.

O registro escrito constitui-se em meio a paradoxos: ao mesmo tempo em que a linguagem é fixada e, portanto, materializada, a escrita abre o texto a uma pluralidade de leitores e torna-se, assim, digamos, mais “espiritual”. Mesmo no mundo contemporâneo em que as tecnologias têm criado distintos modos de comunicação, diversos suportes textuais e permitido uma infinidade de modos de acesso aos textos, as formas escritas – pela durabilidade e pela facilidade de manuseio, por exemplo – são fundamentais para os registros. Assim, fontes orais geram fontes escritas que servem de suporte para as análises que sustentarão a historiografia (pensada como a fixação do registro histórico pela escritura) e outras formas sistemáticas de apreensão do mundo. Portanto, as histórias que os sujeitos contam-nos, suas narrativas, servem para constituir outras narrativas nas quais a voz do pesquisador está irremediavelmente contaminada pelas vozes daqueles que teve como interlocutores.

Nas narrativas, então, reside a própria possibilidade e potencialidade do que temos chamado História Oral, e tratamos de pensá-las não mais como constituindo “a” história, mas como constituidoras de histórias possíveis, versões legitimadas como verdades dos sujeitos que vivenciaram e relatam determinados tempos e situações. Tanto quanto o é a descrição para a pesquisa qualitativa, as narrativas orais fixadas pela escrita são tomadas como fontes históricas, intencionalmente constituídas, que não estão subjugadas a um critério de valor definido por





GARNICA, A. V. M.

meio da “realidade” e da “concretude” do mundo. As descrições constituem o solo no qual estão fincados os conceitos das Humanidades. Segundo Joel Martins:

[...] só haverá Ciência Humana se nos dirigirmos à maneira como os indivíduos ou grupos representam palavras para si mesmos utilizando suas formas de significados, compõem discursos reais, revelam ou ocultam neles os que estão pensando ou dizendo – talvez desconhecido para eles mesmos, mais ou menos o que desejam – mas, de qualquer forma, deixam um conjunto de traços verbais daqueles pensamentos que devem ser decifrados e restituídos, tanto quanto possível, na sua vivacidade representativa. Os conceitos, portanto, sobre os quais as Ciências Humanas se fundamentam, num plano de pesquisa qualitativa, são produzidos pelas descrições. (MARTINS, 1989: 50)

As descrições não são certas ou erradas, verdadeiras ou falsas. Elas implicam, ao menos, um falante e um ouvinte. A descrição só tem sentido – como exposição – se provém de alguém que fala sobre algo que é desconhecido do ouvinte. A posição de quem descreve é, sob esse aspecto, “melhor” do que a de quem a ouve. É ainda Joel Martins quem complementa:

[...] o propósito de uma descrição [...] é, em muitos casos, o de agir como um auxiliar para o reconhecimento. [...] o mérito principal de uma descrição não é sempre a sua exatidão ou seus pormenores, mas a capacidade que ela possa ter de criar uma reprodução tão clara quanto possível para o leitor da descrição. [...] Descrever algo é poder dizer como uma certa coisa pode ser diferenciada de outra, ou ser reconhecida entre outras coisas. [...] Quando X descreve algo para Y isto implica dizer-se que sua emissão satisfaz as condições para uma descrição, isto é, que ela é suficientemente ampla, justa, precisa e equilibrada. (MARTINS, 1989: 52)

Amplitude, justiça, precisão e equilíbrio de uma descrição são características que só podem ser avaliadas pelo pesquisador e seu grupo, no contexto sociocultural, político e teórico no qual a pesquisa é realizada. Assumir, nesses termos, as descrições como fundamentais para conhecer algo, como vetores iniciais e fundamentais nas pesquisas realizadas segundo os parâmetros da História Oral, resíduos de enunciação através dos quais o pesquisador, intencionalmente, cria fontes históricas, implica aceitar, reiteramos, uma concepção de História e de Historiografia condizente com as vertentes mais atuais, adeptas da História como versão. Tal postura nega a verdade histórica e, em seu lugar, trabalha-se com a ideia da história das verdades. Certificar-se de ter buscado “evidências seguras” para corroborar (ou negar) determinada informação de um depoimento é uma questão que não se coloca (ou não deveria ser colocada) nos domínios daqueles que trabalham com História Oral mesmo que buscar versões contrárias ou complementares às versões já disponíveis seja uma parte natural do processo executado pelo memorialista. Talvez, a apresentação de um caso contribua para esclarecer melhor esse aspecto, sempre tão discutido.

Um dos depoentes, em uma pesquisa desenvolvida pelo GHOEM, foi o senhor Nilvaldo Mercúrio, um ex-hanseniano que optou por continuar até hoje – passados mais de 70 anos de sua internação compulsória – seu confinamento em um dos antigos asilos-colônia ainda existentes, mesmo depois de descoberta a cura da hanseníase e extintas as políticas mais radicais e violentas contra a lepra (implantadas no estado de São Paulo no início do século XX). Em um determinado momento de sua entrevista, seu Nivaldo afirma:





Registrar oralidades, analisar...

Nós já fizemos um filme pela TV Centrinho, em 98. Eu fui convidado para fazer esse filme por saber tudo o que se passava aqui no Asilo Colônia Aymorés [...] Falei: – ‘Puxa vida, eu ainda não estou muito bem com a voz...’. E eles: – ‘Não, não... fala o que você puder falar, não importa a voz, nós queremos que você participe do filme’. E então nesse filme eu acho que estou uns quarenta minutos. Eu sozinho ali, falando, falando, falando... Depois da filmagem vieram fazer entrevista comigo [...]. Esse filme mostra o hospital todinho, desde o começo até agora. [...]. Esse filme tem uma hora e cinco minutos. Quando foram apresentar esse filme da TV Centrinho, daqui do Estado de São Paulo, nós ganhamos o prêmio Oscar. (Cf. GARNICA, 2008: 55).

Seria necessário “checar” que seu Nivaldo não ganhou um Oscar? Deveria essa afirmação ser tomada como “inverdade” e excluída da investigação pela falta de provas que a confirmassem? Segundo pensamos, para além da checagem que, como pensam alguns, desvelam “a” verdade, importa perceber que essa informação permite compreender que (e por que) a seu Nivaldo agrada registrar-se (em escritos, em filmes, em fotografias), uma vez que é valorizado por meio da valorização desses registros. Sublinhamos um delineamento essencial: negar essa verdade definitiva, panorâmica, global e absoluta. As checagens desviariam-nos do foco principal, ou seja, aquele que coloca a narrativa do sujeito como o próprio sujeito a constitui. Por que as verdades fabricadas pelos sujeitos devem ser rechaçadas, postas à margem do histórico? Não somos também as verdades que nos impomos e segundo as quais pretendemos ou quereríamos viver? Qual o problema em aceitar o relato de uma vida que se faz relato exatamente para que o passado seja purgado, para que o presente seja mais aceitável? Tal relato não nos diz tanto quanto o relato que o nega? E ainda que alguma checagem fosse feita, ainda que alguma divergência surgisse no processo, mesmo sem checagem, não seria mais produtivo indagar-se o porquê dessa divergência? O que ela nos ensina sobre o sujeito, sobre suas verdades, sobre seu tempo e sobre a sua visão de mundo.

Obviamente, na esteira de uma história problema, não negamos as questões. Defendemos a necessidade de uma mudança de foco quanto ao modo de fazê-las e quanto ao modo de conduzir as análises. Não negamos que as fontes escritas (o filme de seu Nivaldo, os documentos da política sanitária, as reportagens veiculadas em periódicos da época, as biografias etc) tenham uma função importante que nos ajudam a formar uma paisagem de pontos de vista possíveis. Negamos tão somente que essas checagens subsidiariam uma verdade definitiva, cravando no solo histórico um “fato” contra o qual não haveria argumentos.

A matéria-prima dos que trabalham com História Oral é constituída por narrativas. Narrar é contar uma história, e narrativas podem ser analisadas como um processo de atribuição de significado que permite a um ouvinte/leitor/apreciador do texto² apropriar-se desse texto, através de uma trama interpretativa, e tecer, por meio dele, significados que podem ser incorporados em uma rede narrativa própria. Assim, estabelece-se um processo contínuo de ouvir/ler/ver, atribuir significado, incorporar, gerar textos que são ouvidos/lidos/vistos pelo outro, que atribui a eles significados e os incorpora, gerando textos que são ouvidos/lidos/vistos...

Como, então, proceder à análise das narrativas? Segundo Bolivar (2005), há a possibilidade de uma análise paradigmática das narrativas. Tal análise consiste em separar unidades potencialmente significativas (à luz das compreensões do intérprete) para a constituição de





GARNICA, A. V. M.

uma versão daquela história narrada, cujas lacunas poderiam ser supridas por outras narrativas.³ Mas, ainda segundo Bolívar (2005), existe a possibilidade de uma análise narrativa de narrativas. Trata-se de uma análise que geraria um texto diferenciado, do ponto de vista da forma, daquela narrativa primeira. Dessa forma, ter-se-ia uma outra narrativa em que estariam patentes a subjetividade do intérprete e as redes de sentidos que ele retira de quaisquer fontes por ele julgadas como potenciais contribuições para a compreensão de uma dada situação ou modo de narrar.

Não se trata de, através de uma narrativa particular, ou de um conjunto singular de narrativas, transcender a subjetividade dos narradores rumo a uma generalização, a uma explicação global que escape às narrações manifestadas nos depoimentos. Do mesmo modo como vivemos o autoritarismo da objetividade em detrimento da subjetividade⁴, vivemos sob a égide, no discurso científico, da supremacia da generalidade em detrimento da particularidade. Ser possível, face aos depoimentos, compreender a realidade que nos cerca e, por meio desse entendimento, criar hábitos de ação é uma proposta/questão tão importante quanto aquela sobre compreender, através das narrativas do outro, seus modos de narrar, os modos pelos quais o outro atribui significado às suas próprias experiências. Como, por exemplo, consideramos os distintos modos de narrar? É possível percebermos, por meio dessas diferenças, as práticas e as experiências do sujeito narrador? Experiências e práticas deixam-se narrar?

Captar a experiência de nossos depoentes em seus depoimentos é uma aventura complexa. Mas a tentativa de retermos a experiência, transcendendo a mera busca pelas práticas desses nossos colaboradores, talvez, seja um modo de iniciar a discussão sobre o que temos concebido como possibilidades de análise em História Oral.

Experiências e práticas podem ser elementos constitutivos de comunidades distintas: as comunidades de experiência e as de prática. Não que elas sejam como são ou sejam, *a priori* e irremediavelmente, “algo”. Podemos olhar para as comunidades e seus membros ora visando a conhecer suas práticas, resgatar informações através das quais constituímos novos relatos; ora atentando para os modos como as comunidades e seus membros constituem suas narrativas, como tecem suas memórias e as transformam em relato, buscando resgatar sua sabedoria. Não se trata de julgar uma dessas estratégias como superior à outra, mas tê-las no panorama como possibilidades para analisar os depoimentos que coletamos.

É característica da narrativa da modernidade a forma como se tornam centrais, para descrever o mundo, nossas intenções e percepções acerca do outro. É buscar essa compreensão o objetivo do que, aqui, chamamos de “análise”. Que seja um de nossos princípios: uma análise não é um julgamento de valor acerca do outro por meio do que foi relatado. Uma análise é um arrazoado das compreensões que conseguimos costurar nessa trama de escuta atenta ao que foi dito. Também não é a fixação de uma versão definitiva do cenário que uma pesquisa pretendeu traçar. O pesquisador defrontar-se-á com várias versões, que são sempre lacunares e entoadas ora em sincronia, ora em desarmonia, e deve trabalhar cada uma delas considerando-as como os modos de os depoentes narrarem-se e, assim, construírem suas verdades como sujeitos históricos, vendo-as registradas. Partir da versão de algo, segundo uma determinada pessoa,



Registrar oralidades, analisar...

vinculada a uma comunidade (é impossível nos despregarmos da comunidade com a qual constituímos nossas experiências e para com a qual temos – ou julgamos ter – responsabilidades), poderia ser um problema, para alguns, quando, na comparação entre essas versões, algumas distorções ficam evidentes. A comparação é uma estratégia bastante usual – por ser humana – daquele que ouve atentamente o que lhe é narrado. Mas não se trata – é sempre importante ressaltar – de uma comparação cuja intenção seja fixar ou legitimar uma versão em detrimento de outra, o que envolveria, obviamente, uma hierarquização entre versões. Os procedimentos clássicos sempre enunciaram e tomaram como suposto a supremacia de algumas versões – das fontes escritas, das personalidades mais frequentemente expostas à mídia ou próximas aos poderes oficiais, das fontes primárias etc. – sobre outras. Quando ouvimos atentamente o que os depoentes narram, podemos identificar lacunas ou disparidades entre os relatos. Devemos atentar para essas lacunas e disparidades não para minimizar a credibilidade do que se escutou, mas porque elas encerram a possibilidade de entender como esse narrador constituiu-se, quais opções realça e quais fatores negligencia. Perceber essa pluralidade de perspectivas que se insinuam nas narrativas pode ser também uma estratégia para outras entrevistas e outras compreensões. As versões representam, portanto, um movimento de constituição dos sujeitos como sujeitos narradores e trarão, em si, para o pesquisador que as enfoca, a potencialidade da compreensão – e, conseqüentemente, a transformação desse entendimento em um relato próprio – da particularidade com que as percepções são reconstituídas, totalizadas e reinterpretadas.

O mundo está, sempre esteve e sempre estará, motivando perplexidades. O trânsito por entre as gentes, os espaços, os registros, as memórias dos tempos, as diferentes perspectivas com as quais cotidianamente deparamo-nos, as tradições, criam certas zonas de estabilidade que poderíamos chamar “um arsenal de referências”. Elas estarão presentes quando, ao se experimentar o mundo, atribuímos significados, criamos hábitos de ação, interferimos no mundo ou separamo-nos de algumas de suas manifestações. Configuradas de modo tanto mais pleno quanto maiores forem as suas chances de resistir a alterações, choques e inevitabilidades, essas zonas de estabilidade, compreendidas como o nosso referencial para estar no mundo, são transformadas em pressupostos vivenciais.

Estar no mundo, vivê-lo, ter um inevitável contato com o outro, com o entorno que nos cerca e mater uma atitude aberta, ou seja, ouvir o que esse mundo nos tem a dizer, poderá levar a um processo dinâmico cujo resultado poderá ser a alteração dos pressupostos vivenciais, mesmo que isso ocorra de forma lenta. Assim, a ampliação ou a redução daquele arsenal de certezas, no qual há uma zona de estabilidade onde estão enraizadas nossas opções, nossos hábitos, nossas ações que nos mune para o enfrentamento do mundo e das perplexidades nele encontradas por meio desse enfrentamento, depende do processo dinâmico mencionado anteriormente.

Toda análise é um exercício de contraposição entre os “fatos”, as percepções e as sistematizações prévias. Essas coabitam o espaço do qual fazem parte os pressupostos que temos como certos ou operacionais. Eles são os pilares que nos fazem sentir seguros e nos impelem a agir. Portanto, analisar é contrapor e o limite disso é o indizível, visto como um pressuposto existencial



GARNICA, A. V. M.

de percepções que, apesar de não comunicáveis, participam desse projeto amorfo e incontrolável de atribuir significados.

Sempre existirá uma distância entre o que vivemos e o que nos é narrado como a experiência vivida pelo outro. Ao mesmo tempo em que as formas de narrar e perceber modificam-se, os sujeitos configuram-se junto dessas alterações. As afirmações de Vianna são decisivas quanto a essa questão:

O que desejo frisar é que tal distância NÃO DEPENDE da forma de narrar, mas PODE ser captada através de análises sobre tais formas. A pergunta é: como trocar experiências? Como captar a experiência de um outro? [...] Aventuro-me a responder que NÃO é possível mudar as estruturas sociais sem mudar a narrativa. Benjamin nos dizia (e estava enganado!) que o narrador estava em extinção, que as experiências deixavam de ser comunicáveis... Isso é uma forma de ver as coisas que toma como referencial algo 'fixo': uma forma de narrar é 'melhor', 'correta', 'propicia a troca de experiências' etc. Ao se atribuir 'valor' a uma forma de narrar, também atribuímos 'valor' a certas formas como, por exemplo, quando optamos por 'narrar-sabedoria' em detrimento do 'narrar-informação' tendo, como suposto 'de fundo', que 'sabedoria' é MELHOR que 'informação'. Eu defendo que as formas de narrar mudam. Poderia até caracterizar as formas mais antigas como sendo 'globais', e as mais recentes como sendo 'locais', ou as mais antigas como sendo 'centradas', e as mais recentes como 'a-centradas'... e defenderia mais que isso: defendo que NARRAR é uma das maneiras importantes que temos - na nossa sociedade HOJE, e de um modo muito diferente em outras épocas - de nos constituir. E, um detalhe a mais: não há uma medida 'comum' que capte TUDO, mas sempre poderemos medir a diagonal do quadrado pelo seu lado, com a 'aproximação que desejarmos'. Para mim, o grande exercício do trabalho com os depoimentos, as narrativas, as transcrições e transcrições é o exercício de tornar explícitas (ou, de outra forma - menos 'racional' - SENSÍVEIS!) essas 'aproximações', tanto as que desejamos, quanto aquelas das quais nem nos damos conta e entregamos à análise dos leitores. (Vianna in GARNICA, 2007)

Conclusão

Em qual direção os pressupostos sobre a História Oral, sobre as narrativas e sobre a História, brevemente pontuados, levou-nos? Diríamos que muitas. Gostaríamos de ressaltar, de modo panorâmico, como têm sido implementados esses princípios nas práticas de pesquisa do Grupo *História Oral e Educação Matemática* (GHOEM). Os trabalhos realizados têm como intenção de pesquisa – como proposta global – mapear as práticas de formação e de atuação de professores de Matemática no Brasil. Trabalho de amplo espectro que, exatamente por isso, não pode ser realizado em curto tempo ou por um único pesquisador. Disso resulta um primeiro elemento constitutivo do perfil do GHOEM: o envolvimento coletivo, a certeza de que, embora cada um de seus membros possa realizar – individualmente e com qualidade – certos trabalhos, desenvolvendo aspectos da proposta global, o conjunto de produções, o diálogo promovido em meio aos pesquisadores, cujas temáticas são próximas, e a apropriação de um conjunto de fontes e princípios comuns enriquece o trabalho e o consolida de uma forma que não poderia conseguida se fosse tentada isoladamente.

Com o mapeamento das trajetórias de formação e atuação de professores de Matemática no Brasil, mesmo que ainda em desenvolvimento, é possível perceber, por exemplo, que a formação de nossos professores tem ocorrido, historicamente, sob o signo da urgência e da desigualdade de condições e, talvez, da carência. Os discursos educacionais que sempre pregaram a igualdade



Registrar oralidades, analisar...

de oportunidades entre o campo e a cidade, as mesmas condições, em nível de estrutura educacional, para as diversas regiões do país, na realidade, focam um centro urbano e sulista. Além disso, desconsideram as características que fogem a esses padrões, as quais, aparentemente, estão, de uma maneira sintomática, excluídas das investigações, inclusive daquelas realizadas pela História da Educação Brasileira.

É notável o regime de exceção a que são submetidas as unidades escolares camponesas em relação às urbanas. É gritante o signo da urgência que fez nascer campanhas como a CADES, que, ainda hoje, encontra paralelos na constituição de sistemas de ensino em estados novos ou regiões recém-colonizadas. Perceber essa pluralidade de enfoques, usualmente negligenciados pela academia, foi um fator fundamental para a caracterização de um outro elemento constitutivo do perfil do GHOEM: a opção pela descentralização, atrelada a uma busca por ultrapassar a visão simplista de que a um único centro corresponderia uma periferia⁵. Por um lado, não negamos a importância das pesquisas que têm a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP como vetor através do qual brotou um dos parâmetros para a formação de professores de Matemática no Brasil (embora discordemos das perspectivas que o tomam como “o” modelo ou “o” padrão). Por outro lado, tentamos realçar as arbitrariedades e os modos de funcionamento de um sistema que opera de modo totalmente apartado – e, ainda assim, de certa forma, bem sucedido – desse modelo muitas vezes imposto como padrão. De certo modo, portanto, temos retomado uma ênfase que a História Oral já ultrapassou: a opção pela “exclusão”.

O trabalho árduo que um mapeamento dessa envergadura exige acabou indicando ao Grupo a necessidade de atentar para outras formas de apreender as práticas de formação e de atuação. Com isso, a recuperação de arquivos e a análise de materiais didáticos de várias naturezas passaram a integrar definitivamente nosso universo de pesquisa. Não é meramente, portanto, defender – como explicitamos no início deste texto – a viabilidade, a legitimidade e a importância de trazer fontes distintas para o diálogo. É mais do que isso. Trata de reconhecer que nenhuma fonte dá conta, de modo isolado, de compreender um objeto com tantas perspectivas como é o caso das práticas educativas. Um grupo nascido para realçar a História Oral, que por algum tempo dedicou-se exclusivamente a esse método (conhecendo-o e o exercitando), amplia seu horizonte e passa a questionar livros didáticos e acervos documentais escritos, muitas vezes gerando pesquisas das quais a História Oral sequer participa. Essa ampliação, entretanto, não nega os pressupostos globais arduamente defendidos pelo grupo como, por exemplo, sua concepção sobre historiografia. Desse modo, procura-se avaliar possibilidades alternativas de análise de manuais didáticos e de recuperação, de complementação e de estudo de arquivos documentais. Surge, assim, a possibilidade de trazer à cena a Hermenêutica da Profundidade⁶ para a análise de textos e, assim, valorizar a importância de socializar os projetos de resgate de instituição e práticas escolares.⁷

Referências

ALVES, N.; OLIVEIRA, I. B. de. Imagens de escolas: *espaçotempos* de diferenças no cotidiano, **Educação e Sociedade**: Campinas (SP), CEDES, v. 25, n. 86, p. 17-36, abr/2004.





GARNICA, A. V. M.

- BOLIVAR, A. “De nobis ipsis silemus?”: Epistemologia de la investigación biográfico-narrativa em educación. **Revista Electrónica de Investigación Educativa**, 4(1). Disponível em: <http://redie.ens.uabc.mx/vol4no1/contenido-bolivar.html>. Acesso em: 05 abr. 2005.
- COHEN, J. J. A cultura dos monstros: sete teses. In: SILVA, T. T. da. **Pedagogia dos monstros: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- DUNAWAY, D. K.; BAUM, W. K. (ed.). **Oral History: an interdisciplinary anthology**. New York: Altamira Press, 1996.
- GARNICA, A. V. M. História Oral e Educação Matemática: um inventário, **Revista Pesquisa Qualitativa**: São Paulo (SP), SE&PQ, v. 2, n. 1, p. 137-160, 2006.
- _____. **Manual de História Oral e Educação Matemática: outros usos, outros abusos**. Guarapuava: SBHMat, 2007.
- _____. **A Experiência do Labirinto: metodologia, História Oral e Educação Matemática**. São Paulo: Edunesp, 2008.
- GARNICA, A.V. M. e OLIVEIRA, F. D. de. Manuais didáticos como forma simbólica: considerações iniciais para uma análise hermenêutica, **Horizontes**, Itatiba-SP, USF, v. 26, n. 1, p. 31-43, 2008.
- JENKINS, R. **A História Repensada**. São Paulo: Contexto, 2004.
- LARROSA, J. Algunas notas sobre la experiencia y sus lenguajes. In: BARBOSA, R.L.L. (org.). **Trajetórias e Perspectivas da formação de educadores**. São Paulo: UNESP, 2005.
- MARTINS, J. A. Pesquisa Qualitativa. In: Fazenda, I. **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989. p. 48-58.
- OLIVEIRA, M. A. **O ensino de álgebra elementar: depoimentos e reflexões daqueles que vêm fazendo sua história**. Campinas, 1997. 207 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 1997.
- PALMER, R. **Hermenêutica**. Lisboa: Edições 70, 1969.
- PORTELLI, A. **The death of Luigi Trastulli and other stories: form and meaning in Oral History**. New York: State University of New York Press, 1991.
- SOUZA, G. L. D. de. **Três décadas de Educação Matemática: um estudo de caso da Baixada Santista no período 1953-1980**. Rio Claro, 1998. 290 p. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – IGCE, UNESP, Rio Claro, 1998.
- SOUZA, A.C.C. de. (Entre)Mentes, Nômade! In: GARNICA, A. V. M. **Mapa, Mosaico, Memória: estudos na interface História Oral/Educação Matemática**. Bauru: e-GHOEM/Canal 6, 2006.
- THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.





(Footnotes)

¹ A concepção de história que defendemos pauta-se no questionamento à ideia de “origem” (um ídolo dos historiadores antigos, segundo Bloch) e de “progresso”.

² Texto – é conveniente lembrarmos – é visto aqui à luz da virada hermenêutica das Ciências Sociais, na década de 1970. Mas que não haja equívocos: não se “descobriu”, durante a década de 1970, as potencialidades da hermenêutica para as Ciências Sociais (isso já era claro, pelo menos, desde Dilthey. Ocorreu, sob nosso ponto de vista, uma maciça aceitação sobre da potencialidade de tratar a vida como um texto ou para ampliar o conceito de registro das experiências humanas e considerar as possibilidades de tomar esses registros como o solo no qual pudesse germinar uma análise hermenêutica.

³ Notemos que a análise paradigmática das narrativas atende à configuração geral de todas as investigações de natureza qualitativa: coletados os depoimentos, parte-se para a constituição de “categorias” que são trabalhadas à luz dos depoimentos (em uma trama vertical e horizontal) e outros textos de suporte que possibilitam a constituição de um novo texto.

⁴ Trata-se da perspectiva, ainda vigente, de que as investigações seriam mais confiáveis e adequadas quanto mais delas fossem excluídos os pontos de vista subjetivos.

⁵ Não se trata de escolher um único ponto como centro e tomar seus entornos como sendo “a” periferia. Há periferias e centros. As periferias têm constituído seus centros do mesmo modo como discursos que visam à dominação são constituídos em meio a “dominados” e “excluídos”, tramando uma microfísica de poderes. A região Sudeste, um dos “centros” que tem sido foco de várias pesquisas em detrimento do estudo da implantação de sistemas educacionais do Norte e do Nordeste, por exemplo, tem seu próprio sistema de exclusão: no Sudeste, as grandes cidades operam de modo bastante distinto das pequenas cidades, das bocas de sertão e das áreas mais recentemente colonizadas. Há uma diferença marcante entre a urbanidade e o mundo campesino. No mundo campesino há padrões e empregados...

⁶ A expressão “Hermenêutica da Profundidade” é de Ricoeur, mas sua abordagem mais contemporânea é ditada por John Thompson. Trata-se de um conjunto de possibilidades para análise de formas simbólicas, construções carregadas de registros de significados produzidos em condições espaço-psíquico-temporais específicas de um autor. As formas simbólicas não trazem em si os significados, apenas seus registros ou resquícios, capazes de inspirar seus mais diversos leitores – neles incluído o próprio autor – para que produzam significados tão diversos quanto o número de leituras realizadas. Isso não significa, porém, que qualquer interpretação seja válida, que se possa compreender o que se quiser ao atribuir significado a uma forma simbólica. Embora não exista “a interpretação correta”, existem as interpretações plausíveis (cf. GARNICA; OLIVEIRA 2008).

⁷ Estudos sobre os grupos escolares, instituições de primeiras letras implantadas no final do século XIX – e, segundo alguns autores, início de um sistema nacional de educação no Brasil – têm sido realizados no GHOEM através da recuperação de “arquivos mortos” de algumas dessas escolas (extintas formalmente, em meados da década de 1970, e tendo os seus prédios incorporados às secretarias de educação municipais). Esses arquivos têm sido complementados com uma série de depoimentos recolhidos de antigos professores e administradores. Destacamos que as comunidades são chamadas a contribuir nesse resgate, doando ou emprestando materiais, bem como são chamados a participar do processo os estudantes que, atualmente, ocupam os antigos prédios dos grupos escolares.